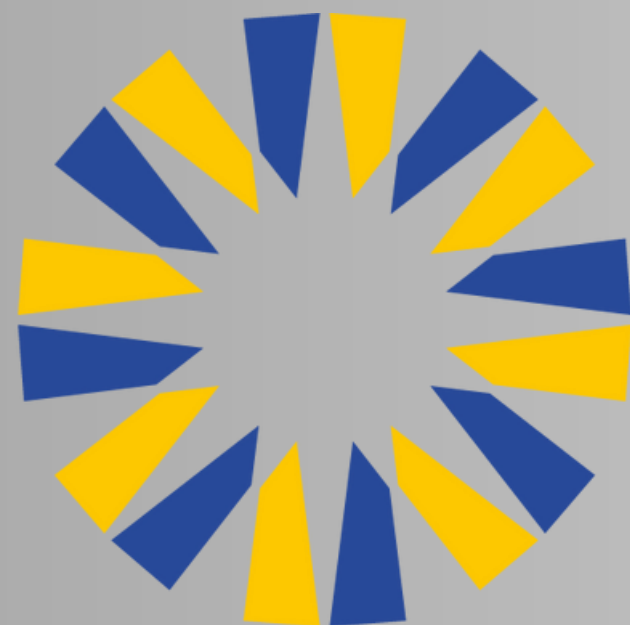




GOVERNO DO
TOCANTINS

TRABALHANDO E CUIDANDO DE TODOS

CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO

ORIENTAÇÃO PARA MONTAGEM DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DOS ORDENADORES DE DESPESAS

**INDICAÇÃO DOS SETORES
RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES
NA MONTAGEM DO PROCESSO DIGITAL
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DOS ORDENADORES DE DESPESAS -
EXERCÍCIO DE 2024**

LEGISLAÇÃO APLICADA

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE N° 006/2003, de 25 de junho 2003.

Regulamenta a prestação de contas anual da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual e dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, para os exercícios de 2003 e seguintes.

<https://central3.to.gov.br/arquivo/391646/>

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/TO N° 02, de 15 de maio de 2013.

Estabelece critérios que devem ser observados para apreciação e julgamento das contas anuais de governo e gestão no âmbito deste Tribunal de Contas.

<https://central3.to.gov.br/arquivo/391644/>

DECRETO ESTADUAL N° 6.037, de 28 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre a prestação de contas anual do Governador do Estado e dos gestores dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Tocantins, e adota outras providências.

<http://servicos.casacivil.to.gov.br/decretos/decreto/6037>

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGE N° 01/2016, de 13 de julho de 2016.

Dispõe acerca do Sistema Informatizado de Acompanhamento da Gestão Orçamentário-financeira dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo e adota outras providências.

<https://central3.to.gov.br/arquivo/391629/>

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEPLAN N° 01/2024, de 23 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre as atribuições dos servidores responsáveis pelo Planejamento e Orçamento, em observância à Lei 4.373, de 9 de janeiro de 2024, que Institui o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2024-2027, e à Lei 4.374, de 9 de janeiro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2024.

<https://central.to.gov.br/download/318601>

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2024

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO



GOVERNO DO
TOCANTINS
TRABALHANDO E CUIDANDO DE TODOS

AGENDA DE CONTATO DOS ÓRGÃOS SISTEMAS SERVIÇOS TRANSPARÊNCIA ACESSO À INFORMAÇÃO GOVERNO ÓRGÃOS DO GOVERNO



Controladoria-Geral do Estado

BUSCA

MENU

CHECKLIST

ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO

REPASSE DE RECURSOS

AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CORREGEDORIA-GERAL DO ESTADO

OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO

PLANEJAMENTO

LEGISLAÇÃO

MODELOS E MINUTAS

ORIENTAÇÃO TÉCNICA

MATRIZ DE RISCO

RELATÓRIOS



Prestação de Contas Anual

Prestação de Contas de 2024

Prestação de Contas de 2022

Prestação de Contas de 2020

Prestação de Contas de 2018

Prestação de Contas de 2016

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO



GOVERNO DO
TOCANTINS
TRABALHANDO E CUIDANDO DE TODOS

PEÇAS DO PROCESSO E SETORES RESPONSÁVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO	ADM. DIRETA IN 006/03 ART. 9º INCISOS	ADM. INDIRETA IN 006/03 ART. 10 INCISOS	SETOR RESPONSÁVEL
1º	Capa (abertura de processo digital)	SIM	SIM	PROTOCOLO
2º	Índice	II	II	PLANEJAMENTO
3º	Introdução	SIM	SIM	
4º	Rol de Responsáveis e os atos de nomeação, designação e exoneração dos responsáveis	III, alínea “a”	III	RECURSOS HUMANOS
5º	Certidão do CRC do contador	XXII	XXVIII	CONTADOR
6º	Relatório de Gestão	III, “b” a “i”	IV	PLANEJAMENTO (COORDENAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO)
7º	Demonstrações Contábeis	VI a XII e XIV a XVII	VII a XIV, XVIII, XX a XXIII	CONTABILIDADE
	Notas Explicativas			
8º	Relatórios Patrimoniais	XIII e XX	XIX e XXVI	PATRIMÔNIO
9º	Relatório do Almoxarifado	XVIII	XXIV	ALMOXARIFADO
10º	Relatórios Financeiros	III, alínea “i” e XXI	XV a XVII e XXIX	FINANCEIRO
11º	Relação do Quadro de Pessoal	XIX	XXV	RECURSOS HUMANOS
12º	Declaração de que os responsáveis estão em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens e rendas	NÃO	XXVII	
13º	Informações sobre a realização de fiscalizações de órgãos de controle externo	SIM	SIM	JURÍDICO
14º	Cópias dos Planos de Aplicação (somente para Fundos Especiais)	NÃO	XXIX	PLANEJAMENTO
15º	Ofício de Encaminhamento do Órgão à CGE	SIM	SIM	GABINETE
16º	Relatório de Auditoria da CGE	V	V	CGE
17º	Parecer de Auditoria da CGE	V	V	
18º	Ofício de Encaminhamento da CGE ao Órgão	SIM	SIM	
19º	Pronunciamento do Secretário /Presidente do órgão/entidade	IV	VI	GESTOR
20º	Ofício de Encaminhamento do Órgão ao TCE	I	I	CGE

ÍNDICE

- O índice será elaborado pelo setor responsável pelo planejamento da Unidade, que instruirá todas as peças do processo de prestação de contas anual do ordenador de despesa, inclusive o encaminhamento da mesma à Controladoria-Geral do Estado;
- O índice estará disponível em três modelos, **“Administração Direta”**, **“Administração Indireta”** e **“Administração Indireta_ Somente Fundos”**, no formato de documento editável (word), no sítio institucional da CGE, com endereço eletrônico:
<https://www.to.gov.br/cge/prestacao-de-contas-de-2024/25q5eiixhylc>
- O índice deverá vir **no final do processo**, por se tratar de processo digital.

INTRODUÇÃO

Informa sobre o conteúdo da prestação de contas, devendo estar em conformidade com a Instrução Normativa TCE nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado, e com o Decreto Estadual nº 6.037, de 28 de janeiro de 2020.

ROL DE RESPONSÁVEIS

Deve-se relacionar o ordenador de despesa e os responsáveis pelo financeiro, pessoal, patrimônio, almoxarifado, contabilidade e outros demais responsáveis, definidos no art. 166 do Regimento Interno do TCE, indicando os períodos de efetiva atuação, considerando apenas o exercício em análise.

Esta propositura de quadro poderá ser usada no formato paisagem

NOME	CARGO	Nº ATO DE NOMEAÇÃO/ DESIGNAÇÃO/EXONERAÇÃO	PERÍODO
FULANO	Secretário	Ato de nomeação nº xx de xx/xx/xx; D.O.E. nº X.XXX. Ato de exoneração nº xx de xx/xx/xx; D.O.E. nº X.XXX.	Exemplo: 01/01/2024 a 31/10/2024
CICRANO	Secretário	Ato de nomeação nº xx de xx/xx/xx; D.O.E. nº X.XXX.	Exemplo: 01/11/2024 a 31/12/2024
XXXXXXXX	Secretário-Executivo	Ato de nomeação nº xx de xx/xx/xx; D.O.E. nº X.XXX.	Exemplo: 01/01/2024 a 31/12/2024
XXXXXXXX	Encarregado do Setor Financeiro	Ato de nomeação nº xx de xx/xx/xx; D.O.E. nº X.XXX.	Exemplo: 01/01/2024 a 31/12/2024
XXXXXXXX	Encarregado de Recursos Humanos	Portaria nº xxx, de xx/xx/xx; D.O.E. nº X.XXX.	Exemplo: 01/01/2024 a 31/12/2024
XXXXXXXX	Encarregado dos Bens Patrimoniais	Portaria nº xxx, de xx/xx/xx; D.O.E. nº X.XXX.	Exemplo: 01/01/2024 a 31/12/2024
XXXXXXXX	Encarregado do Almoxarifado	Portaria nº xxx, de xx/xx/xx; D.O.E. nº X.XXX.	Exemplo: 01/01/2024 a 31/12/2024
XXXXXXX	Contador	Ato de nomeação nº xx de xx/xx/xx; D.O.E. nº X.XXX.	Exemplo: 01/01/2024 a 31/12/2024
XXXXXXX	Membros do Conselho de Administração	Somente para fundos.	Exemplo: 01/01/2024 a 31/12/2024

ATOS DE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS CITADOS NO ROL DE RESPONSÁVEIS

Deverá ser juntada as publicações do Diário Oficial do Estado: os atos de nomeação, designação e exoneração (quando for o caso), de todos os citados no rol de responsáveis, obedecendo à ordem definida na tabela.



Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ANO XXXV - ESTADO DO TOCANTINS, QUINTA-FEIRA, 09 DE FEVEREIRO DE 2023 Nº 6268

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

ATO Nº 269 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso XI, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

[REDACTED] para exercer o cargo de Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, a partir de 10 de fevereiro de 2023.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 9 dias do mês de fevereiro de 2023; 202º da Independência, 135º da República e 35º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATC

O GOVERNADOR D
atribuição que lhe confere o art
resolve

NOMEAR

[REDACTED]
Secretária Extraordinária de Pa
da Secretaria Executiva da Go

Palácio Araguaia, em
de 2023; 202º da Independênc

WANDERLE
Gover

Deoclec
Secretário

CERTIDÃO DO CRC DO CONTADOR

Deverá constar a Certidão de Regularidade do Contador junto ao Conselho de Regional de Contabilidade – CRC, com vigência dentro do prazo (01/03/2025) da entrega da prestação de contas anual ao TCE



RELATÓRIO DE GESTÃO

O relatório de gestão, parte integrante da prestação de contas anual dos ordenadores de despesa, deverá ser elaborado pelo setor responsável pelo planejamento da Unidade, com a participação dos diversos setores envolvidos com as atividades afins, devendo conter para **Administração Direta e Indireta** a seguinte estrutura:

- Relatório de Gestão (capa);
- Contracapa;
- Sumário;
- Lista de siglas;
- Lista de quadros, figuras, gráficos e tabelas;
- Mensagem do Dirigente Máximo da Unidade;
- Visão Geral Organizacional;
- Visão Geral;
- Base Legal;
- Observância da legislação pertinente (em especial, quanto ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual);
- Missão;
- Valores;
- Estrutura Organizacional;
- Alta Administração;
- Áreas Finalísticas: Principais Atividades e Competências;
- Planejamento Estratégico e Governança;
- Planejamento Estratégico;
- Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão;
- Canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas;
- Carta de Serviços ao Usuário;
- Sítios da internet disponíveis no âmbito da atuação da Unidade;
- Resultados da Gestão;
- Atividades Institucionais Complementares;
- Alocação de Recursos;
- Gestão Orçamentária e Financeira;
- Demonstrativos da Execução do Plano Plurianual – PPA;
- Estágio em que se encontram os projetos;
- Transferências concedidas e recebidas de recursos;
- Projetos e Instituições Beneficiadas por Renúncia de Receita (SEFAZ);
- Gestão de Pessoas;
- Força de Trabalho;
- Valorização Profissional - capacitação, instrutoria, cursos e treinamentos;
- Anexo I – Demonstrativos do Sistema Informatizado de Acompanhamento da Gestão Orçamentário-Financeira;
- Anexo II - Portaria de designação dos responsáveis pelo Plano Plurianual - PPA;
- Anexo III - Relação de Cargos do Quadro de Pessoal - conforme folha de dezembro;
- Anexo IV - Relação de Admitidos no Exercício;
- Anexo V - Declaração de ausência de contratação de pessoal – ANEXO nº 03 – INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/TO nº 006/2003; e
- Anexo VI - Declaração expressa do RH de que os responsáveis quanto ao cumprimento da exigência contida na Lei Federal nº 8.730/93.

RELATÓRIO DE GESTÃO

O relatório de gestão, parte integrante da prestação de contas anual dos ordenadores de despesa, deverá ser elaborado pelo setor responsável pelo planejamento da Unidade, com a participação dos diversos setores envolvidos com as atividades afins, devendo conter **SOMENTE FUNDO ESPECIAL** a seguinte estrutura:

- Relatório de Gestão (capa);
- Contracapa;
- Sumário;
- Lista de siglas;
- Lista de quadros, figuras, gráficos e tabelas;
- Mensagem do Dirigente Máximo da Unidade;
- Visão Geral Organizacional;
- Visão Geral;
- Base Legal;
- Observância da legislação pertinente (em especial, quanto ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual);
- Áreas Finalísticas: Principais Atividades e Competências;
- Resultados da Gestão;
- Alocação de Recursos;
- Gestão Orçamentária e Financeira;
- Demonstrativos da Execução do Plano Plurianual – PPA;
- Estágio em que se encontram os projetos;
- Transferências concedidas e recebidas de recursos;
- Projetos e Instituições Beneficiadas por Renúncia de Receita (SEFAZ);
- Anexo I – Demonstrativos do Sistema Informatizado de Acompanhamento da Gestão Orçamentário-Financeira;
- Anexo II - Portaria de designação dos responsáveis pelo Plano Plurianual - PPA;
- Anexo III - Declaração que o fundo não possui quadro de servidores próprio;
- Anexo VI - Declaração expressa do RH de que os responsáveis quanto ao cumprimento da exigência contida na Lei Federal nº 8.730/93; e
- Plano de Aplicação.

DEMONSTRATIVOS DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA

Anexo I – Demonstrativos do Sistema Informatizado de Acompanhamento da Gestão Orçamentário-Financeira

Anexo II - Portaria de designação dos responsáveis pelo Plano Plurianual - PPA

Apresentar o relatório extraído do Sistema Informatizado de Acompanhamento da Gestão Orçamentário-financeira dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo, no endereço eletrônico http://www.gestao.cge.to.gov.br/ppageral/ppa_Login/, obrigatoriamente nesta ordem:

- **Objetivos;**
- **Indicadores;**
- **Metas do Objetivo;**
- **Ações Temáticas;**
- **Ações de Gestão Física;**
- **Ações de Gestão Financeira; e**
- **Portaria de designação dos responsáveis pelo PPA 2024.**

Relatório de Gestão

Relatórios de Gestão - Objetivos (Anexo)

Relatórios de Gestão - Indicadores (Anexo)

Relatórios de Gestão - Metas do Objetivo (Anexo)

Relatórios de Gestão - Ações Temáticas (Anexo)

Relatórios de Gestão - Ações de Gestão Física (Anexo)

Relatórios de Gestão - Ações de Gestão Financeira (Anexo)

Relatórios de Gestão - Ações Temáticas Prioritárias (Geral)

Relatórios de Gestão - Ações Temáticas Prioritárias com Análise do Objetivo e Indicadores (Geral)

Relatórios de Gestão - Ações Temáticas com Análise do Objetivo e Indicadores (Geral) sem Informações

Relatórios de Gestão - Consolidado por Programa

Relatório de Programas

Relatório de Programas por Órgão e Objetivos

Item 3.3 do Relatório de Auditoria

Dados de Pessoal

Verificar se todos os campos do relatório foram preenchidos!

[illegible]

Controladoria-Geral do Estado

Unidade Gestora

00040

Controladoria-Geral do Estado

Programa

1100

Mantimento e Gestão do Poder Executivo

Ação

2167

Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais

Orçamento - 00/2023

Org. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
1.127.264,00	-18.962	1.108.302,00	904.238,15	898.899,35	898.899,35	109.364,45	84,14	82,76	82,76

Recursos Não Vinculados de Impostos

5000000000

Org. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.127.264,00	-27.962,00	1.104.302,00	928.238,15	898.899,35	898.899,35	105.364,45	84,05	83,10	83,10

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 00/2023							Percentual de Aplicação			
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Org. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A	
04.122.1100	33.90.08	5000000000	5.000,00	13.857,00	18.857,00	18.858,59	18.858,59	18.858,59	1,41	99,99	99	99	
04.122.1100	33.90.14	5000000000	54.000,00	-3.574,00	50.426,00	48.376,10	48.376,10	48.376,10	4.049,90	91,98	91	91	
04.122.1100	33.90.30	5000000000	90.000,00	23.948,00	113.948,00	55.416,80	51.799,52	51.799,52	58.832,00	48,83	45	45	
04.122.1100	33.90.32	5000000000	4.000,00	-4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
04.122.1100	33.90.33	5000000000	68.775,00	19.158,00	87.933,00	87.937,57	30.579,73	30.579,73	0,43	99,99	94	94	
04.122.1100	33.90.35	5000000000	4.400,00	-4.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
04.122.1100	33.90.36	5000000000	15.350,00	-15.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
04.122.1100	33.90.37	5000000000	327.154,00	43.567,00	370.721,00	370.726,28	216.276,83	216.276,83	0,72	99,99	98	98	
04.122.1100	33.90.39	5000000000	250.000,00	-40.500,00	209.470,00	157.401,90	142.804,48	142.804,48	52.048,10	75,14	68	68	
04.122.1100	33.90.40	5000000000	0,00	1.080,00	1.080,00	800,00	0,00	0,00	480,00	98,80	0	0	
04.122.1100	33.90.41	5000000000	5.000,00	10.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00	100,00	100	100	
04.122.1100	33.90.47	5000000000	8.000,00	-7.400,00	500,00	500,00	500,00	500,00	0,00	100,00	100	100	
04.122.1100	33.90.91	5000000000	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
04.122.1100	33.90.92	5000000000	40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
04.122.1100	33.90.93	5000000000	220.000,00	-53.819,00	166.181,00	105.996,11	105.996,11	105.996,11	80.834,89	63,49	63	63	
04.122.1100	44.90.52	5000000000	30.000,00	39.416,00	69.416,00	69.399,00	68.904,00	68.904,00	17,00	99,97	99	99	

Recursos de Alteração de Bens-Ativos - Administração Direta

7500000000

Org. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00	100,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 00/2023							Percentual de Aplicação			
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Org. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A	
04.122.1100	44.90.52	7500000000	0,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00	100,00	0	0	

Referência

Ano

2023

Período

2o Quadrimestre

Estratégia

Análise:

Com base nos dados do 2º quadrimestre a ação executada está dentro da meta estabelecida (84,14%) do orçamento autorizado e apenas (82,76%) desse valor foi efetivamente gasto e pago. Além disso, há um saldo de R\$ 105.364,45 ainda disponível no orçamento autorizado, para ser utilizado para despesas futuras. Ademais já com orçamento reservado em detalhamento. Desta forma a ação contribui significativamente para o alcance dos objetivos institucionais da CGE para manutenção administrativa e o funcionamento adequado do órgão. No segundo quadrimestre, não ocorreu qualquer suplementação de recursos orçamentários para outras ações, e foram efetuados pagamentos relacionados a diversas categorias de despesas como auxílio natalidade, diárias, material de consumo, multa DCTPWEB e prestação de serviço.

Assinatura

Responsável - Ação

Imprimir

4 páginas

Destino

Salvar como PDF

Páginas

Tudo

Layout

Retrato

Mais definições

Cada relatório deve ser salvo em arquivo pdf e depois assinado (assinatura eletrônica no SGD) pelo gerente responsável pela ação (designado na portaria de designação dos responsáveis pelo PPA 2024 do órgão/entidade).

Salvar

Cancelar

ESTÁGIO EM QUE SE ENCONTRAM OS PROJETOS

Estágio em que se encontram os projetos, mesmo os paralisados e suas razões, bem como o comparativo das metas previstas e realizadas. Exemplo:

N.º	Nome do Projeto	Situação	Metas		Motivo da Paralisação
			Prevista	Realizada	
140	Gestão do Fundo Estadual de Recursos Hidricos				
1	Estruturação da rede hidrometeorologica estadual	Em andamento	4	0	-

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS E RECEBIDAS DE RECURSOS

As transferências de recursos por fonte mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição, destacando, dentre outros aspectos, a observância às normas legais e regulamentares pertinentes, a correta aplicação dos recursos e o atingimento dos objetivos previstos, sendo que, na hipótese do § 4º do art. 57 do Regimento Interno do TCE, deverão constar, ainda, informações sobre as providências adotadas para a devida regularização de cada caso, inclusive sobre a instauração da correspondente Tomada de Contas Especial.

A informação deverá ser apresentada em formato de tabela informando os recursos transferidos e recebidos por tipo de fonte, tipo de instrumento, tipo subvenção, auxílio ou contribuição, se prestou contas, se atingiu o objetivo, se foi instaurado Tomada de Contas Especial ou quais providências foram tomadas pelo Gestor da Pasta.

GESTÃO DE PESSOAS

Apresentará a política de recursos humanos da Unidade, destacando, em especial, a força de trabalho existente e a observância à legislação sobre admissão, remuneração, cessão e requisição de pessoal, bem como sobre concessão de aposentadoria e pensão no exercício.

Deverá constar também as informações sobre a valorização profissional, demonstrando as capacitações (cursos, treinamentos, oficinas, seminários, reuniões técnicas, etc.), promovidas pela unidade no exercício em referência aos seus servidores.

GESTÃO DE PESSOAS

Anexo III - Relação de Cargos do Quadro de Pessoal - conforme folha de dezembro

EFETIVOS(A)	COMISSIONADOS(B)			EFETIVOS COMISSIONADO (C)	EFETIVOS COM FUNÇÃO COMISSIONADA (D)	CELETISTAS (E1)	CELETISTAS COMISSIONADOS (E2)
CONTRATOS TEMPORÁRIOS (F)	REQUISITADOS (G)			PENSÃO ESPECIAL (H)	DESLIGADOS (I)	TOTAL DE VÍNCULOS CONSTANTES NA FOLHA DE DEZEMBRO/2017 (A+B+C+D+E+F+G+H+I)	
	REQUISITADOS (G1)	REQUISITADOS COMISSIONADOS (G2)	REQUISITADOS COM FUNÇÃO COMISSIONADA (G3)				
NOME DOS CARGOS EFETIVOS				QUANTIDADE DE SERVIDORES			
				EFETIVOS (A)	EFETIVOS COMISSIONADO (C)	EFETIVOS COM FUNÇÃO COMISSIONADA (D)	
TOTAL							
NOME DOS CARGOS COMISSIONADOS				QUANTIDADE DE SERVIDORES			
da estrutura do órgão				COMISSIONADOS (B)	COMISSIONADOS (EFETIVOS) (C1)	REQUISITADOS COMISSIONADOS (G2)	CELETISTAS COMISSIONADOS (E2)
SUB-TOTAL							
redistribuido para o órgão/entidade							
SUB-TOTAL							
TOTAL							
NOME DOS CARGOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS				QUANTIDADE DE SERVIDORES (F)			
TOTAL							

Emitir relatórios contendo a posição do quadro de pessoal, tendo por base as folhas de pagamento do mês de dezembro de 2024.

Observação: Não é obrigatório o detalhamento (dos cargos) dos desligados.

GESTÃO DE PESSOAS

Anexo IV - Relação de Admitidos no Exercício

Constarão na relação somente os **servidores efetivos e contratos temporários**, cuja posse ou prorrogação do contrato tenha ocorrido no exercício de 2024.

As nomeações em **cargos de comissão ou designação de função comissionada – FC NÃO** serão consideradas para fins desta relação.

RELAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL (ADMITIDOS NO EXERCÍCIO)

SEQ.	NOME	RG	N. PROTOCOLO TC	CARGO EFETIVO	DATA DE ADMISSÃO
1					
2					
3					
4					

SEQ.	NOME	RG	N. PROTOCOLO TC	CARGO CONTRATO TEMPORÁRIO	DATA DE ADMISSÃO/ PRORROGAÇÃO
1					
2					
3					
4					

_____ LOCAL E DATA	_____ DIRIGENTE DA UNIDADE
_____ CONTADOR	_____ Nº CRC

Obs.: formato paisagem, constar documento assinado.

GESTÃO DE PESSOAS

Anexo V - Declaração de ausência de contratação de pessoal – ANEXO nº 03 – INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/TO nº 006/2003

Caso não haja servidores efetivos ou contratos temporários no exercício de 2024,
emitir declaração de ausência de contratação de pessoal.

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL (Anexo nº 03 da Instrução Normativa TCE/TO nº 006/2003)

Declaro, para os devidos fins, que o (a) _____(entidade)
_____não realizou nenhum processo de contratação de
pessoal durante o exercício de 2024.

Local e Data

(Dirigente da entidade)

GESTÃO DE PESSOAS

As prestações de contas dos **fundos** dos órgãos e entidades deverão constar declaração de que não possui quadro de servidores próprio. Informando que os servidores do (órgão ou entidade vinculado ao fundo) realizam as atividades pertinentes ao mesmo.

GESTÃO DE PESSOAS

Anexo VI - Declaração expressa do RH de que os responsáveis quanto ao cumprimento da exigência contida na Lei Federal nº 8.730/93

ANEXO VI – DECLARAÇÃO EXPRESSA DO RH QUE OS RESPONSÁVEIS QUANTO AO CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA CONTIDA NA LEI FEDERAL Nº 8.730/93

Declaração somente apresentada nas prestações de contas da administração indireta e dos fundos.

Declaro, que os servidores indicados no rol de responsáveis _____(nome da entidade ou do fundo), encontram-se lotados no (a) _____(nome do órgão ou entidade), e estão com sua declaração de bens e rendas atualizada referente ao exercício de 2024.

Local e Data

nome do responsável pelo RH
Cargo / número funcional

PLANO DE APLICAÇÃO

Juntar as cópias dos planos de aplicação – inicial e complementares e ou reformulações (somente para **fundos**).

DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO AUTORIZADO – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

2

SUPLEMENTO - DIÁRIO OFICIAL Nº 6495

ANO XXXVI - ESTADO DO TOCANTINS, SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 2024

ATOS LEGISLATIVOS

LEI Nº 4.374, DE 9 DE JANEIRO DE 2024.

Republicada para correção

Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2024.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS

Faço saber que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício financeiro de 2024, na conformidade do §4º do art. 80 da Constituição Estadual, compreendendo:

I - Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Estado, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as Entidades e Órgãos a ela vinculados, da Administração Direta e Indireta, bem como os Fundos e as Fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

CAPÍTULO II DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I Da Estimativa da Receita

Art. 2º A receita total do Orçamento é estimada no valor de R\$ 14.510.216.487,00 na conformidade do Quadro I:

Quadro I - Receita Total Estimada

CÓD. CATEGORIA E ORIGEM - ESPECIFICAÇÃO	R\$ 1,00		
	Receitas Ordinárias do Tesouro	Receitas de Outras Fontes	TOTAL
1. RECEITAS CORRENTES	8.425.045.373	3.876.976.745	12.296.022.118
1.1 Impostos, taxas e contribuições de melhoria	3.751.211.756	344.660.693	4.095.872.449
1.2 Contribuições	-	907.494.789	907.494.789
1.3 Receita Patrimonial	230.000.000	265.555.218	495.555.218
1.6 Receita de Serviços	-	103.868.944	103.868.944
1.7 Transferências Correntes	4.436.423.943	2.039.903.482	6.476.327.425
1.9 Outras Receitas Correntes	7.409.674	209.493.619	216.903.293

Parágrafo único. A receita total estimada decorre da arrecadação efetuada nos termos da legislação vigente, atendido o desdobramento constante do Quadro de que trata o *caput* deste artigo.

Seção II Da Fixação da Despesa

Art. 3º A despesa total, no mesmo valor da receita, é fixada em R\$ 14.510.216.487,00 observada o detalhamento da programação constante do Quadro II:

Quadro II - DEMONSTRATIVO DA DESPESA

PODER E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	R\$ 1,00		
	Recursos de Todas as Fontes		
	Ordinários do Tesouro	Outras Fontes	TOTAL
1. PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO TOCANTINS	566.835.713,00	3.940.000,00	569.575.713,00
01010 Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins	359.242.980,00	-	359.242.980,00
03010 Tribunal de Contas do Estado do Tocantins	206.792.733,00	290.000,00	207.082.733,00
04750 Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal de Contas	-	3.250.000,00	3.250.000,00
2. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS	720.605.398,00	187.253.452,00	907.858.850,00
05010 Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins	720.605.398,00	-	720.605.398,00
06010 Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - FUNJURIS-TO	-	161.385.751,00	161.385.751,00
06020 Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG	-	463.058,00	463.058,00
06030 Fundo Especial de Compensação da Gratuidade dos Atos do Registro Civil de Pessoas Naturais - FUNCVIL	-	22.612.921,00	22.612.921,00
06040 Fundo Especial de Compensação e Eletrônica de Serventias Extrajudiciais - FUNCESE	-	2.791.722,00	2.791.722,00
3. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS	276.195.365,00	4.264.473,00	280.459.838,00
07010 Procuradoria-Geral de Justiça	276.195.365,00	-	276.195.365,00
08050 Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Tocantins - FUNMP	-	4.264.473,00	4.264.473,00
4. DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS	189.483.402,00	7.175.543,00	196.658.945,00
48010 Defensoria Pública do Estado do Tocantins	189.483.402,00	6.174.067,00	195.657.469,00
50350 Fundo Estadual da Defensoria Pública - FUNDEP	-	1.001.476,00	1.001.476,00
5. PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.369.299.644,00	1.611.227.821,00	5.980.437.465,00
09010 Secretaria Executiva da Governadoria	30.186.251,00	-	30.186.251,00
09020 Casa Civil	5.804.167,00	-	5.804.167,00

Constar somente a primeira página da Lei nº 4.374, de 9/01/2024 - destacando o nome do órgão/entidade/fundo e o valor do orçamento da despesa.

RELATÓRIOS CONTÁBEIS

ROTEIRO PARA EMISSÃO DOS ANEXOS NO SIAFE-TO 2024

1. EMISSÃO DE RELATÓRIOS

Pesquisa SIMPLIFICADA			
Código do Relatório	Nome	Categoria	Proprietário
006475	ANEXO 2 - COMPARATIVO DA DESP. ORÇADA, AUTORIZADA E REALIZADA POR UG até ?Inteiro: Informe o Mês? / ?Inteiro:Exercício? / UG: ?Caracter:Informe a UG?	Relatórios Base - Demonstrações	FLEXVISION
006498	ANEXO 10 - COMPARATIVO DA RECEITA PREVISTA COM A REALIZADA - Por UG (Fonte) - ?Inteiro: Informe o mês? / ?Inteiro:Exercício? (sem mescla)	Relatórios Base - Demonstrações	FLEXVISION
006479	ANEXO 10 - COMPARATIVO DA RECEITA PREVISTA COM A REALIZADA - (Sem fonte - Por UG) - ?Inteiro: Informe o mês? / ?Inteiro:Exercício?	Relatórios Base - Demonstrações	FLEXVISION
006593	Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária - ANEXO11 DA LEI 4.320/64 - Por UG - ?Inteiro: Informe o Mês? / ?Inteiro:Exercício?	Relatórios Base - Demonstrações	FLEXVISION
005327	Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária - ANEXO11 da Lei 4.320/64 - ?Inteiro: Informe o Mês? / ?Inteiro:Exercício? - por Fonte reduzida (por UG)	Relatórios BI	FLEXVISION
007232	07. IMPSALDO - RELATORIO DOS SALDOS A LIQUIDAR DAS NOTAS DE EMPENHO - POR UG	Relatórios Base - Demonstrações	FLEXVISION
005962	08. IMPBY - DEMONSTRATIVOS DA DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA – Por UG -?Inteiro: Mês? / ?Inteiro: Exercício	Relatórios de BI	FLEXVISION
010087	DEMONSTRATIVO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - BALANÇO FINANCEIRO - (UG) - ?inteiro:Informe o mês atual? / ?inteiro:Informe o exercício atual? - ?CARACTER: UG:? 2022	Relatórios Base - Demonstrações	FLEXVISION
012359	Ativos e Passivos Financeiros - Base Balanço Patrimonial ?Caracter:Informe a UG? - Período: ?Inteiro: Informe o mês? / ?Inteiro:Exercício?	Relatórios Base - Demonstrações	FLEXVISION
012360	Ativos e Passivos Patrimoniais - Base Balanço Patrimonial - UG ?Caracter:Informe a UG? - Período: ?Inteiro: Informe o mês? / ?Inteiro:Exercício?	Relatórios Base - Demonstrações	FLEXVISION

ESTADO DO TOCANTINS

LOGUS

Execução

Projetos

Apoio

Administração

Relatórios

Acesso Rápido

UG

TODAS

Seja bem-vindo(a),

Exercício 2023

Painel

Consultas

1718 mensagens não lidas

Categorias

Consultas

Flexvision

Consultas de outros usuários

Digite para filtrar

Código do Relatório

Código	Título
013614	IMPBY - DEMONSTRATIVOS DA DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA (POR UG) -) ?Inteiro: Mês? / ?Inteiro: Exercício? (Fonte e Detalhada)
014574	IMPBY - DEMONSTRATIVOS DA DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA (POR UG) -) ?Inteiro: Mês? / ?Inteiro: Exercício? (Fonte e Detalhada)
013600	IMPBY - DEMONSTRATIVOS DA DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA (POR UG) -) ?Inteiro: Mês? / ?Inteiro: Exercício? (Fonte Resumida)
012533	IMPBY - DEMONSTRATIVOS DA DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA (POR UG)- ?Inteiro: Mês? / ?Inteiro: Exercício? (FONTE RESUMIDA)
008523	ANEXO I - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Suplementação (Cópia)
015840	IMPBY - DEMONSTRATIVOS DA DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E SUBITEM (POR UG) -) ?Inteiro: Mês? / ?Int
012733	IMPBY - DEMONSTRATIVOS DA DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA (203300, 270100)- ?Inteiro: Mês? / ?Inteiro: Exercício? (FONTE RESU
014564	06-07-22 IMPBY - DEMONSTRATIVOS DA DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA (POR UG) -) ?Inteiro: Mês? / ?Inteiro: Exercício? (Fonte e D
015902	17-04-23 IMPBY - DEMONSTRATIVOS DA DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA (POR UG) -) ?Inteiro: Mês? / ?Inteiro: Exercício? (Fonte e D
012727	28-09-21 IMPBY - DEMONSTRATIVOS DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA (203300)- ?Inteiro: Mês? / ?Inteiro: Exercício? (FONTE RESU
012728	28-09-21 IMPBY - DEMONSTRATIVOS DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA (270100)- ?Inteiro: Mês? / ?Inteiro: Exercício? (FONTE RESU
012726	28-09-21 (cópia 1) IMPBY - DEMONSTRATIVOS DA DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA (203300, 270100)- ?Inteiro: Mês? / ?Inteiro: Exerc
012725	28-09-21 (original) IMPBY - DEMONSTRATIVOS DA DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA (POR UG)- ?Inteiro: Mês? / ?Inteiro: Exercício? (FC
012729	29-09-21 (cópia 1) IMPBY - DEMONSTRATIVOS DA DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA (203300, 270100)- ?Inteiro: Mês? / ?Inteiro: Exerc

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

GOVERNO DO TOCANTINS

TRABALHANDO E CUIDANDO DE TODOS

2. EMISSÃO DE BALANÇOS

ID	Título	Referência Legal
1	DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO CATEGORIAS ECONOMICAS	Anexo I, da Lei 4.320/64
2	RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS	Anexo II, da Lei 4.320/64
2.1	DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS	Anexo II, da Lei 4.320/64
3	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	Anexo III, da Lei 4.320/64
4	ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	Anexo IV, da Lei 4.320/64
5	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMATICA	Anexo V, da Lei 4.320/64
6	DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO	Anexo VI, da Lei 4.320/64
7	DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS	Anexo VII, da Lei 4.320/64
8	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA	Anexo VIII, da Lei 4.320/64
9	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES	Anexo IX, da Lei 4.320/64
10	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	Anexo X, da Lei 4.320/64
11	COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA	Anexo XI, da Lei 4.320/64
12	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Anexo XII, da Lei 4.320/64
12.1	ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Anexo XII, da Lei 4.320/64
12.2	ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS	Anexo XII, da Lei 4.320/64
12.3	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESCENTRALIZAÇÃO	Anexo XII, da Lei 4.320/64
13	BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO	Anexo XIII, da Lei 4.320/64
13.1	BALANÇO FINANCEIRO - UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	Anexo XIII, da Lei 4.320/64
13.2	BALANÇO FINANCEIRO - QUADRO ANEXO	Anexo XIII, da Lei 4.320/64
14	BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO	Anexo XIV, da Lei 4.320/64
14.1	QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	Anexo XIV, da Lei 4.320/64
14.2	QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - CONSOLIDADO	Anexo XIV, da Lei 4.320/64
14.4	BALANÇO PATRIMONIAL (UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO)	Anexo XIV, da Lei 4.320/64
14.5	QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRA.	Anexo XIV, da Lei 4.320/64
14.8	QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO	Anexo XIV, da Lei 4.320/64
14.9	QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO)	Anexo XIV, da Lei 4.320/64
15	VARIAÇÃO PATRIMONIAL - CONSOLIDADA	Anexo XV, da Lei 4.320/64
15.1	VARIAÇÃO PATRIMONIAL (UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO)	Anexo XV, da Lei 4.320/64
16	DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA	Anexo XVI, da Lei 4.320/64
17	DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE	Anexo XVII, da Lei 4.320/64
18	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO	Anexo XVIII, da Lei 4.320/64
18.1	QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	Anexo XVIII, da Lei 4.320/64
18.2	QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS	Anexo XVIII, da Lei 4.320/64
18.3	QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	Anexo XVIII, da Lei 4.320/64
18.4	QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	Anexo XVIII, da Lei 4.320/64
18.5	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO)	Anexo XVIII, da Lei 4.320/64
19	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Anexo XIX, da Lei 4.320/64

Conformidade Diária
Conformidade Contábil
Despesa Exercício Anterior
Detalhamento da Conta Contábil
Lista saldo da conta por UG
Emitir balancete
Emitir balanços
Emitir diário
Emitir razão
Emitir Livro razão
Encerrar mês
Evento
Importação da Dívida Pública
Item Patrimonial
Nota de Evento
Nota de Sistema
Nota Patrimonial
Operações e Eventos por Conta
Plano de Contas
Relatórios da LRF
Tipo de Operação Patrimonial
Tipo de Retenção
Tipo Patrimonial
Validações Contábeis

Balanços da Lei 4.320

Filtro

* Tipo de Relatório Unidade Gestora

* Unidade Gestora

* Mês 12 - Dezembro

Grupo de Assinaturas - Selecione -

EXECUTAR

Dados Gerais

Id	Título	Referência legal
1	DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO CATEGORIAS ECONOMICAS	Anexo I, da Lei 4320/64
2	RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS	Anexo II, da Lei 4.320/64
2.1	DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS	Anexo II, da Lei 4.320/64
3	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	Anexo III, da Lei 4.320/64
4	ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	Anexo IV, da Lei 4.320/64
5	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMATICA	Anexo V, da Lei 4.320/64
6	DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO	Anexo VI, da Lei 4.320/64
7	DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS	Anexo VII, da Lei 4.320/64
8	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA	Anexo VIII, da Lei 4.320/64
9	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES	Anexo IX, da Lei 4.320/64
10	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	Anexo X, da Lei 4.320/64
11	COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA	Anexo XI, da Lei 4.320/64
12	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Anexo XII, da Lei 4.320/64
12.1	ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Anexo XII, da Lei 4.320/64
12.2	ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS...	Anexo XII, da Lei 4.320/64
12.3	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESCENTRALIZAÇÃO	Anexo XII, da Lei 4.320/64
13	BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO	Anexo XIII, da Lei 4.320/64
13.1	BALANÇO FINANCEIRO - UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO	Anexo XIII, da Lei 4.320/64
13.2	BALANÇO FINANCEIRO - QUADRO ANEXO	Anexo XIII, da Lei 4.320/64
14	BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO	Anexo XIV, da Lei 4.320/64
14.1	QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	Anexo XIV, da Lei 4.320/64
14.2	QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - CONSOLIDADO	Anexo XIV, da Lei 4.320/64
14.4	BALANÇO PATRIMONIAL (UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO)	Anexo XIV, da Lei 4.320/64
14.5	QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRA...	Anexo XIV, da Lei 4.320/64
14.8	QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO	Anexo XIV, da Lei 4.320/64
14.9	QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO)	Anexo XIV, da Lei 4.320/64
15	VARIAÇÃO PATRIMONIAL - CONSOLIDADA	Anexo XV, da Lei 4.320/64
15.1	VARIAÇÃO PATRIMONIAL (UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO)	Anexo XV, da Lei 4.320/64
16	DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA	Anexo XVI, da Lei 4.320/64
17	DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE	Anexo XVII, da Lei 4.320/64
18	DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO	Anexo XVIII, da Lei 4.320/64
18.1	QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	Anexo XVIII, da Lei 4.320/64
18.2	QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS	Anexo XVIII, da Lei 4.320/64
18.3	QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	Anexo XVIII, da Lei 4.320/64
18.4	QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	Anexo XVIII, da Lei 4.320/64
18.5	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (UG / PODER / TIPO DE ADMINISTRACAO)	Anexo XVIII, da Lei 4.320/64
19	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Anexo XIX, da Lei 4.320/64

BALANCETE

Apresentar o balancete dos meses 12 e 13 do órgão/entidade/fundo.

O contador só deve assinar os demonstrativos contábeis, após a montagem completa do processo de prestação de contas anual.

Fazer cópia do processo de prestação de contas anual completo para a contabilidade.

GESTÃO PATRIMONIAL

As prestações de contas anuais **dos fundos dos órgãos e entidades** deverão constar **declaração** de que a unidade gestora, **não possui bens patrimoniais móveis, imóveis ou almoxarifado**, e, que utiliza o espaço físico, bem como os bens permanente e materiais de consumo para sua atividade finalística do (órgão ou entidade vinculado ao fundo) a qual é vinculada.

RELATÓRIO SINTÉTICO DOS BENS MÓVEIS

Extraire os relatórios dos bens adquiridos, alienados ou baixados, (controlados/ relacionados, próprios e de terceiros) disponibilizados no sistema SIGA - módulo Patrimônio.

PÁGINA 149



Governo do Estado do Tocantins

Relatório Sintético de Inventário por Órgão de Bens Móveis em 31/12/2022

Órgão:

Secretaria da Segurança Pública

Somente Patrimônio de Convênios

Não

Grupo: BENS MOVEIS

	Conta Contábil de Bens Móveis	Total de Bens	Valor Entrada	Ajustes Acumulados	Depreciação Mensal	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
12311.0101	BENS MOVEIS>APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	134	75.238,58	0,00	539,24	16.875,24	58.363,34
12311.0102	BENS MOVEIS>APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	377	1.344.231,07	0,00	17.692,98	642.045,89	702.185,18
12311.0103	BENS MOVEIS>APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	327	3.885.440,64	0,00	25.708,75	931.779,94	2.953.660,70

RELAÇÃO DOS BENS DOADOS OU RECEBIDOS EM DOAÇÃO NO EXERCÍCIO

Emitir relatório dos bens doados ou recebidos em doação, procurando evidenciar as informações constantes no inc. XX do art. 9º e inc. XXVI do art. 10 abaixo:

- a) nome do Órgão Doador ou Donatário;
- b) número e data do ato autorizatório (Lei, Decreto, Portaria, etc.);
- c) número e data do registro no Órgão competente;
- d) descrição detalhada dos bens doados ou recebidos;
- e) ato nomeando a comissão de avaliação, para caso de doações; e
- f) laudo emitido pela comissão de avaliação.

BENS DOADOS					
Descrição do Bem		Ato de Autorização		Registro no Órgão Competente	
		Número	Data	Número	Data
BENS RECEBIDOS EM DOAÇÃO					
Descrição do Bem	Doador	Ato de Autorização		Registro no Órgão Competente	
		Número	Data	Número	Data

JUSTIFICATIVAS PARA AS DIVERGÊNCIAS PATRIMONIAIS

Apresentar justificativas, caso haja divergências entre o valor dos **bens móveis e imóveis** registrados no SIAFE-TO, imobilizado com a posição física do Sistema de Patrimônio.

Apresentar justificativas quanto ao saldo nas contas:

- de bens móveis próprios em processo de localização;
- baixa de bens próprios no exercício;
- bens móveis de terceiros em processo de localização; e
- baixas de bens de terceiros no exercício.

DEMONSTRATIVOS DOS VALORES FÍSICOS/FINANCEIRO DO ALMOXARIFADO EM 31/12/2024

Planilha de conferência do almoxarifado

Emitir o relatório da posição físico/financeira do almoxarifado do mês de dezembro de 2024 no sistema SIGA - Módulo Almoxarifado - o Relatório de Fechamento Mensal.

Apresentar justificativas, caso haja divergências entre o registrado no sistema SIGA/ sistema SIAFE-TO em relação as contas do almoxarifado.

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA DAS CONTAS ATIVAS E INATIVAS

Extratos e conciliações bancárias das contas ativas e inativas do mês de dezembro/2024, acrescentando as do mês de janeiro/2025, caso tenha realizado ajustes neste mês.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS					
CONCILIAÇÃO BANCÁRIA - BANCO DO BRASIL - 31/12/202					
PERÍODO: DEZEMBRO 202					
NÚMERO DA CONTA	FONTE	EXTRATO CONTA CORRENTE	EXTRATO-APLICAÇÃO	SALDO	SIAFE TO
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
TOTAL		0,00	485.009,73	485.009,73	485.009,73

NÚMERO DA CONTA	FONTE	CONTA ÚNICA	SIAFEM
[REDACTED]	010066666		

NÚMERO DA CONTA	FONTE	EXTRATO-POUPANÇA	SIAFEM
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
TOTAL		11.120.047,50	11.120.047,50

DEMONSTRATIVO DOS RENDIMENTOS MENSAIS

Demonstrativo de Rendimentos Mensais (todas as contas mês a mês) auferidos em aplicações financeiras (**somente para fundos**).

ANEXO n. 01 – INSTRUÇÃO NORMATIVA n. 006/2003
RESUMO QUADRIMESTRAL DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

CONTA Nº	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		SOMAS DO 1º QUADRIMESTRE
	TIPO 1	VALOR	TIPO 1	VALOR	TIPO 1	VALOR	TIPO 1	VALOR	
VALOR TOTAL									

1 - Preencher esta coluna (Tipo) conforme numeração abaixo, de acordo com a aplicação efetuada:
1) FAF;
2) COMODITIES;
3) CDB;
4) RDB;
5) OUTROS. (IDENTIFICAR)
OBS: PARA O 3º QUADRIMESTRE PREENCHER COLUNA TOTALIZANDO, TAMBEM, O EXERCÍCIO

LOCAL E DATA

DIRIGENTE DA UNIDADE

CONTADOR
N. CRC

TERMO DE CONFERÊNCIA DE SALDO EM CAIXA EM 31/12/2024

Demonstrativo de Rendimentos Mensais (todas as contas mês a mês) auferidos em Aplicações Financeiras (**somente administração indireta/autarquias e fundos**).

TERMO DE CONFERÊNCIA DE SALDO DE CAIXA

Aos 31 dias do mês de dezembro de 2023, procedeu-se em todas as contas bancárias da (Autarquia/fundo), levantamento e verificação dos saldos existentes nas mesmas, tendo sido encontrado os seguintes saldos transferidos para o exercício de 2024.

Saldo em Caixa em 31/12/2023R\$ 0,00

Saldo Bancário:

Banco do Brasil: Agência 3615-3R\$ 31.623,17

Caixa Econômica Federal: Agência 1617-9R\$ 23.520,00

TOTALR\$ 55.143,17

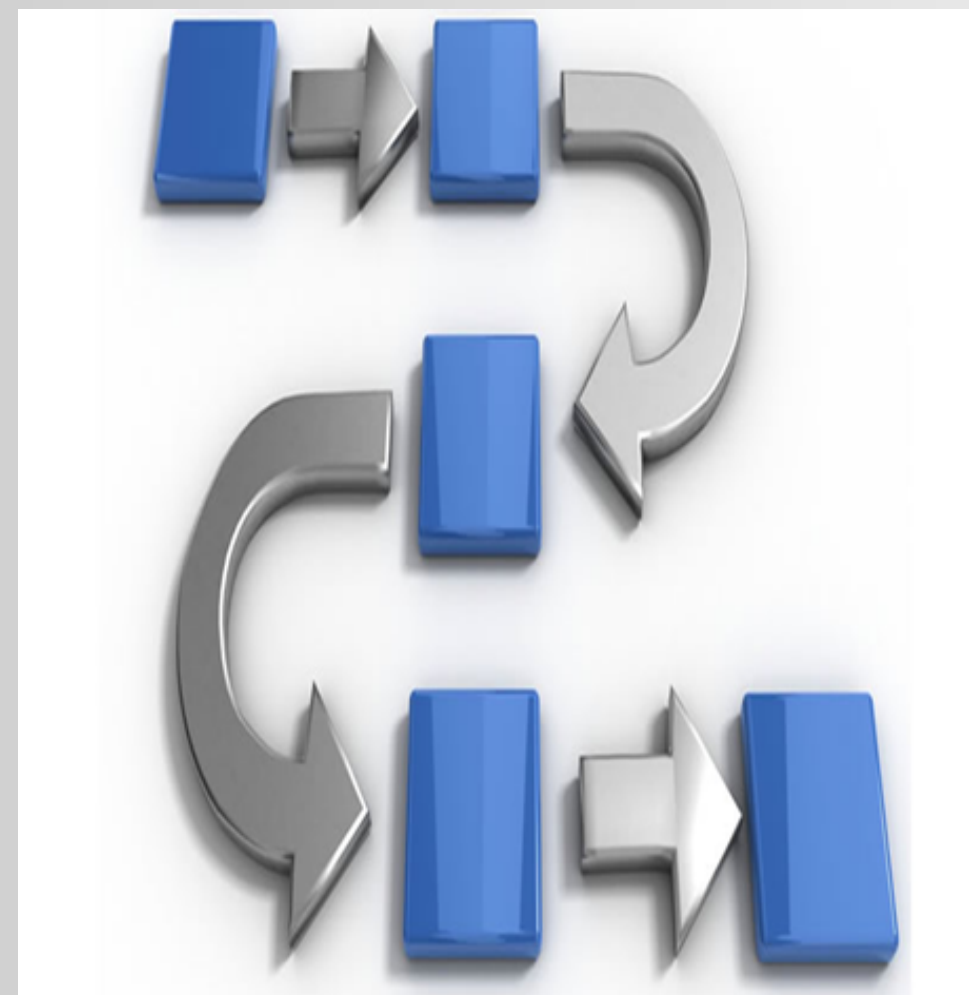
Palmas, XX de janeiro de 2024.

Responsável pelo financeiro

Contador e (CRC)

ENCAMINHAMENTO DO PROCESSO PARA A CGE

**PRAZO MÁXIMO
VIA OFÍCIO**



Atenção! O não cumprimento do prazo máximo da entrega na Controladoria-Geral será considerada intempestiva.

PRONUNCIAMENTO DA AUTORIDADE

**Emitido pelo ordenador de despesa,
imediatamente após o recebimento e
conhecimento do Parecer da
Controladoria-Geral do Estado.**